

Se quiser receber gratuitamente estes estudos inscreva-se em www.eugeniorosa.com

hbEM 14 ANOS A SEGURANÇA SOCIAL PERDEU 107879 MILHÕES € DEVIDO À EVASÃO E À FRAUDE, MAS O “LIVRO VERDE PARA A SEGURANÇA SOCIAL” DO GOVERNO ANTERIOR E A “AUDITORIA SOBRE A SEGURANÇA SOCIAL” DO TRIBUNAL DE CONTAS IGNORAM E NADA DIZEM, E O MITO CRIADO PELOS MEDIA QUE “OS IMIGRANTES DÃO LUCRO À SEGURANÇA SOCIAL”

Uma das lacunas, certamente propositadas, do “*Livro Verde para a sustentabilidade da Segurança Social*” elaborado por uma comissão nomeada pelo governo anterior (Ana Godinho/Costa) e surpreendentemente também da “*Auditoria ao Relatório sobre a Sustentabilidade Financeira da Segurança Social*” do Tribunal de Contas, ambos de dez.2024, é o facto de terem “*esquecido*” de analisar e propor medidas para combater a enorme evasão e fraude que a Segurança Social sofre e que a delapida todos os anos em milhares de milhões €, parte deles descontos nos salários dos trabalhadores, e que se fosse eficazmente combatida contribuiria para reforçar muito a sustentabilidade da Segurança Social. Para estas duas entidades, com crítica fácil à Segurança Social, este problema, que é um dos mais graves que a Segurança Social enfrenta, é como não existisse, é um “*não problema*”. Mas vamos provar o contrário utilizando, a linguagem fria, mas objetiva dos números oficiais

EM 14 ANOS ESTIMA-SE QUE A SEGURANÇA SOCIAL TENHA PERDIDO 107879 MILHÕES € DE RECEITAS SÓ DEVIDO À FRAUDE E EVASÃO O QUE FOI IGNORADO PELA COMISSÃO NOMEDADA PELO GOVERNO ANTERIOR E PELO TRIBUNAL DE CONTAS

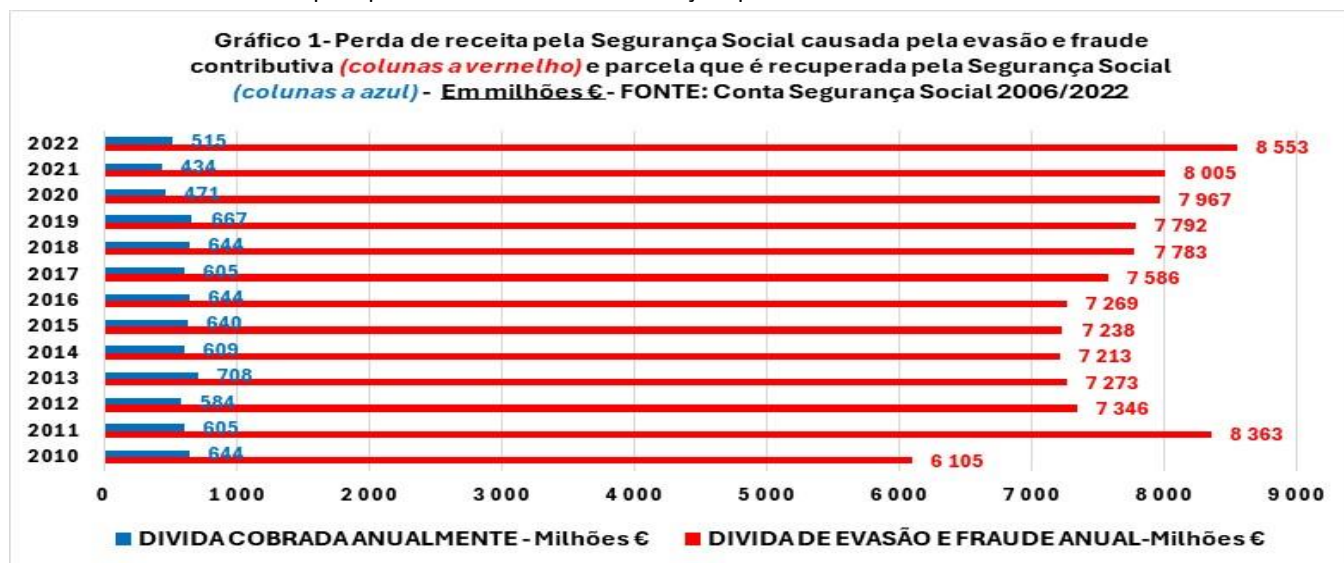
O quadro 1 (*dados oficiais do INE, Segurança Social e CGA*) mostra a dimensão enorme da evasão e fraude à Segurança Social

Quadro 1 – Contribuições e quotizações que a Segurança Social devia ter recebido e as que conseguiu cobrar devido à fraude e evasão, e receita perdida anualmente (última coluna à direita sublinhada a amarelo e com números a vermelho)

ANO	ORDENADOS E SALÁRIOS - INE-milhões €	Contribuições e quotizações que deviam ser cobradas (11% + 23,75%=34,75%) x OS) Milhões € (A)	Contribuições e quotizações cobradas pela CGA Milhões €	Contribuições e quotizações cobradas pela Segurança Social - Conta da Segurança Social Milhões €	SOMA COBRANÇAS Sgurança Social+CGA (B)	MILHÕES € DE RECEITA PERDIDA pela Segurança Social devido à evasão e fraude e a taxas favoráveis (C) = (A - B)
2010	66 246	23 021	3 433	13 483	16 916	-6 105
2011	63 629	22 111	3 415	13 748	17 163	-8 363
2012	58 774	20 424	2 916	13 078	15 994	-7 346
2013	59 017	20 508	3 981	13 235	17 216	-7 273
2014	59 459	20 662	4 384	13 449	17 833	-7 213
2015	61 197	21 266	3 841	14 028	17 869	-7 238
2016	63 426	22 040	3 838	14 771	18 609	-7 269
2017	67 049	23 300	3 782	15 714	19 496	-7 586
2018	71 047	24 689	3 715	16 906	20 621	-7 783
2019	75 272	26 157	3 632	18 365	21 997	-7 792
2020	75 388	26 197	3 617	18 230	21 847	-7 967
2021	80 459	27 959	3 696	19 954	23 650	-8 005
2022	88 831	30 869	3 610	22 316	25 926	-8 553
2023Pe	98 894	34 366	3 666	24 981	28 647	-9 385
SOMA	988 689	343 569	51 524	232 258	283 782	-107 879

FONTES: INE, Relatórios e Contas da CGA e Conta da Segurança Social - 2010 a 2023

Entre 2010 e 2023, a Segurança Social, se tivesse recebido o correspondente a 11% mais 23,75% do valor dos ordenados e salários pagos no país segundo o INE perdeu 107879 milhões € de receitas, ou seja, uma perda média de 7706 milhões € por ano devido à fraude e evasão contributiva à Segurança Social. Isso não acontece em relação à CGA porque aqui o próprio empregador é público, ou seja, o Estado no sentido amplo. O gráfico 1 mostra a incapacidade que tem revelado a Segurança Social por falta de meios humanos e materiais para pelo menos reduzir esta situação que está a corroer a sustentabilidade



Entre 2010 e 2022, a evasão e fraude contributiva somou 98494 milhões €, e a Segurança Social, devido à falta de meios humanos e materiais, e mesmo com a ajuda da Autoridade Tributária, só conseguiu recuperar 7770 milhões €, ou seja, 7,9% do que devia ter recebido. Estranhamente a comissão nomeada pelo governo anterior (Ana Godinho) e o Tribunal de Contas ignoraram completamente este grave problema que está a causar um enorme prejuízo à Segurança Social, delapidando elevado montante de receitas e corroendo a sua sustentabilidade. A pergunta que imediatamente se coloca é esta: PORQUÊ? Que interesses poderosos levaram estas duas entidades a não analisar e a não se pronunciar sobre esta questão crucial para a sustentabilidade da Segurança Social? Deixo a resposta à reflexão dos leitores para não ser acusado de querer condicionar.

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em pastas em www.eugeniorosa.com pág. 1

Se quiser receber gratuitamente estes estudos inscreva-se em www.eugeniorosa.com

A SEGURANÇA SOCIAL ELIMINOU DO SEU BALANÇO EM 2023 MAIS DE 10,4 MILHÕES DE EUROS DE DIVIDAS POR NÃO TER OS MEIOS HUMANOS E MATERIAIS PARA COBRAR ATEMPADAMENTE CAUSANDO GRAVE PREJUÍZO AOS PENSIONISTAS ATUAIS E FUTUROS

Tal como aconteceu com o chamado “cartel das seguradoras” em que estiveram também envolvidas as seguradoras da CGD e Montepio e outras, a quem a Autoridade da Concorrência (AdC) aplicou coimas no total de 108 milhões €, também em relação ao “cartel da banca” a AdC aplicou em 2019 a 11 bancos (CGD, BCP, Santander-Totta, BPI, Montepio, etc.), com base num processo iniciado em 2013 por violação da lei da concorrência (troca de informação entre bancos com eventuais prejuízos para os clientes de crédito à habitação), coimas no total de 225 milhões €, portanto 6 anos após o início do processo. Os bancos recorreram e a justiça levou mais 6 anos para tomar uma decisão e quando a tomou, em fev. 2025 declarou que as infrações estavam prescritas, ilibando os bancos de qualquer pagamento. **Procedimentos muito semelhantes têm-se verificado com as dividas à Segurança Social.** Na Segurança Social existem duas situações que interessa diferenciar. A primeira, refere-se às entidades que não declaram nem trabalhadores nem contribuições e quotizações à Segurança Social. Neste caso a Segurança Social na maioria das vezes não as deteta porque não possui os meios necessários humanos e materiais para isso, a não ser que os próprios trabalhadores a denunciem à Segurança Social (são os conhecidos pagamentos por baixo da mesa denunciados pelos media). A segunda situação grave refere-se às empresas que fazem as declarações à Segurança Social, mas que depois não entregam os descontos feitos nos salários dos trabalhadores e as suas contribuições. Nestes casos, embora a Segurança Social registre nas suas contas essas dividas, ela depois nada faz para as cobrar por falta de meios passando o tempo e em seguida considera que é impossível as cobrar, eliminando pura e simplesmente das suas contas. O quadro 2, com dados dos Balanços da Segurança Social de 2022 (balanço elaborado pelo governo de Costa) e de 2023 (balanço elaborado pelo governo de Montenegro) mostra a dimensões destes “apagões de dividas à Segurança Social”

Quadro 2 – Dívida declarada pelos contribuintes, mas não cobrada pela Segurança Social porque os sucessivos governos não disponibilizaram os meios humanos e materiais necessários para atuar atempadamente – em milhões de euros

BALANÇO DA SEGURANÇA SOCIAL DE 2022 - RUBRICAS	2022 - Milhões €	BALANÇO DA SEGURANÇA SOCIAL DE 2023- RUBRICAS	2023 - Milhões
1. DIVIDAS DE TERCEIROS - Médio e Longo prazo		1. ATIVO NÃO CORRENTE	
1.1. Contribuintes conta corrente	1 905	1.1. Contribuintes e utente	983
1.2. Contribuintes de cobrança duvidosa	10 172		
1.2.1. Imparidades: dividas consideradas já incobráveis e perdidas: 10102,4 MC			
2. DIVIDAS DE TERCEIROS- Curto prazo		2. ATIVO CORRENTE	
2.1. Contribuintes conta corrente	3 490	2.1. Contribuintes e utentes	4 295
2.2. Contribuintes de cobrança duvidosa	134		
2.2.1. Imparidades - dividas já consideradas incobráveis e perdidas: 50,7MC			
A) TOTAL	15 700	B) TOTAL	5 278
DÍVIDA QUE FOI ELIMINADA POR TER SIDO CONSIDERADA PERDIDA (a maioria considerada incobrável por não terem sido disponibilizados pelos sucessivos governos os meios humanos e materiais necessários para atuar atempadamente) : (A) - (B) =			10 422

FONTE: Relatórios do Orçamento do Estado de 2024 e 2025 apresentados na Assembleia da República pelos governos de Costa e de Montenegro

Entre 2022 e 2023, do Balanço consolidado da Segurança Social desapareceram 10422 milhões € de dividas dos contribuintes (passaram de 15700 milhões € para apenas 5278 milhões €), o que significou um grave prejuízo para os reformados atuais e futuros pois se essa importância tivesse sido cobrada a situação da Segurança Social seria ainda mais sólida e os aumentos das pensões podiam ser pensões maiores. E não foi apenas culpa do governo de Montenegro. No Balanço de 2022, o governo de António Costa já tinha constituído imparidades de 10153,1 milhões € (valores a vermelho) para anular igual montante de dividas à Segurança Social, portanto só 268,9 milhões € foi decisão de Montenegro. E 3299 milhões € que foram anulados pelos governos de Costa e Montenegro eram descontos feitos nos salários dos trabalhadores, mas não entregues à Segurança Social pelos patrões. A Segurança Social embora não receba aqueles 10422 milhões €, terá de pagar as pensões correspondentes a eles porque os trabalhadores não têm culpa que o governo não tenha cobrado aquele valor. É assim que governos “destroem” a Segurança Social, e não apenas o SNS. E os partidos na Assembleia da República, que têm a responsabilidade de fiscalizar a ação do governo nada fazem para pôr cobro a esta destruição de valor, pois mantêm-se calados e passivos. Nunca marcaram debate sobre esta matéria vital para milhões de portugueses. E isto apesar de todos os anos a Segurança Social não conseguir cobrar o que devia por falta de meios e as dividas incobráveis acumulam-se

O MITO CRIADO PELA COMUNICAÇÃO SOCIAL DE QUE OS IMIGRANTES DÃO LUCRO À SEGURANÇA SOCIAL

O Público, em dez.2023, escreveu “Imigrantes deram mais de 1600 milhões de lucro à Segurança Social”. Em 2025, no “site” da SIC Noticias pode-se ainda ler “Os imigrantes estão a entregar cada vez mais dinheiro à Segurança Social. Em 2024, contribuíram com cinco vezes mais do que aquilo que receberam, ou seja, com 3600 milhões € (deste montante apenas 1140 milhões € são descontos nos salários dos imigrantes o restante -2460 milhões € - são contribuições das empresas portuguesas), e receberam 687 milhões €. Quem leia estas notícias tratada desta forma incorreta (é uma clara manipulação da opinião pública, talvez sem consciência disso) pode ficar com a ideia enganadora desses “lucros”, mas o que ela revela é ignorância sobre a Segurança Social portuguesa. Para mostrar o absurdo dela basta fazer o seguinte raciocínio: em 2024, os descontos e quotizações para a Segurança Social atingiram 27492 milhões €. Deduzindo a parcela dos imigrantes (3600 milhões €) restam 23892 milhões €, que seria a contribuição dos trabalhadores portugueses para a Segurança Social. Se deduzirmos a este valor o que eles receberam em 2024 sob a forma de subsídios de desemprego e de doença (1724 milhões €) ficariam 22168 milhões €. Ninguém honesto, e com um mínimo de conhecimento como funciona a Segurança Social diria que a Segurança Social teve com os 4,2 milhões de trabalhadores portugueses que estão inscritos nela (segundo o Livro Verde da Segurança Social estavam inscritos nesta apenas 524 mil imigrantes, ou seja, metade dos imigrantes que estão no nosso país e 12% do total de inscritos) um “lucro” de 22168 milhões€. Seria absurdo dizer isso. Mas é o que muitos sistematicamente fazem nos media enganando a opinião pública. Tal como acontece com trabalhadores portugueses, os imigrantes que descontam para a Segurança Social estão a construir a pensão que receberão quando se reformarem, que corresponderá, em média, entre 2% e 2,3% do salário de referência por cada ano de desconto, que serão pagas pelos trabalhadores na altura no ativo. Aos que utilizam o argumento de que os imigrantes dão lucro para fraturar a sociedade portuguesa quero lembrar que os imigrantes têm direito, e bem, ao SNS, mas cada utente custa em média por ano 1600€ (1600€ X 1,2 milhões imigrantes dá 1920 milhões €), que estão em escolas públicas mais de 16000 filhos de imigrantes que têm um custo elevado (870 milhões €/ano), passes sociais suportados em parte pelo Estado, etc., etc. E criam também riqueza para o país que é necessário não ignorar. O problema não são os imigrantes, mas os serviços públicos que não foram reforçados para tantos. É importante não transformar o problema dos imigrantes numa conta de DEVE/HAYER como muitos fazem utilizando argumentos falsos e tecnicamente errados. Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt, 19/2/2025 (Estudo 7-2025)

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em pastas em www.eugeniorosa.com pág. 2